

ASSASSINATO DE ATIVISTAS AMBIENTALISTAS EM CHACINAS NO PARÁ: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS

ANA IGNEZ BRAGA DAL MAGRO¹; ARTEMÍSIA VULGARIS ANTUNES
DEWES²; SIMONE DA SILVA RIBEIRO GOMES³

¹Universidade Federal de Pelotas – ana.ignez.dalmagro@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – misiavulgaris@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – simone.gomes@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

O Pará registrou 1.999 ocorrências de conflito no campo entre 2014 e 2023¹, segundo Centro de Documentação da Comissão Pastoral da Terra – Dom Tomás Balduino (Cedoc), sendo o estado brasileiro mais conflituoso. Os ativistas² socioambientais são os indivíduos postos na linha de frente deste cenário, estando suscetíveis a inúmeras violências, sendo muitas vezes o assassinato encontrado como solução para divergências.

Casos com três mortes ou mais possuem frequência no Brasil, sendo chamado comumente de chacina. O termo é definido como “uma forma cotidiana de se referir a um tipo de violência extremada: a execução orquestrada de várias pessoas em uma mesma localidade” (SILVA, SANTOS e RAMOS, 2019), uma vez que em termos jurídicos não há reconhecimento do termo, mas sim enquadrado como “homicídios múltiplos”(SILVA, SANTOS e RAMOS, 2019). Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra, de 1985 a 2017, o Pará liderou o ranking com 26 chacinas, totalizando 125 vítimas do campo. Um marco no histórico de violência contra indivíduos que lutam pela terra no Estado ocorreu em Eldorado dos Carajás, quando em 17 de abril de 1996, 19 trabalhadores rurais foram mortos por forças de segurança estatal.

As chacinas ocorridas em Conceição do Araguaia, Pau D’Arco, Baião e São Félix do Xingu entre 2015 e 2022 foram os casos analisados no presente trabalho, ainda em desenvolvimento. Faremos o esforço analítico em investigar as convergências e divergências presentes nos casos de ativistas socioambientais assassinados em chacinas no estado do Pará. Este estudo é um recorte realizado a partir do projeto de pesquisa “Criminalização de Ativistas Feministas na América Latina”.

2. METODOLOGIA

Este estudo utiliza metodologia mista: quantitativa e qualitativa. Em uma primeira etapa, foi realizado um recorte a partir do banco de dados revisado e ampliado da Global Witness sobre ativistas socioambientais assassinados na América Latina entre janeiro de 2012 e dezembro de 2023 com 1349 casos. Foram considerados apenas casos ocorridos no estado do Pará e que contavam com três ou mais mortes em um mesmo evento. Resultando em um banco de

¹ Ver em: Acusado de envolvimento no caso do assassinato da militante do MAB, Dilma Ferreira, vai à julgamento no Pará. *Movimento dos Atingidos por Barragens*, 13 de março de 2024. Disponível em:

<https://mab.org.br/2024/03/15/acusado-de-envolvimento-no-caso-do-assassinato-da-militante-do-mab-dilma-ferreira-vai-a-julgamento-no-para/#>. Acesso em 06/10/2024

² Trabalharemos com o termo ativista como sendo um ator que busca contribuir para mudanças sociais de acordo com objetivos preestabelecidos, por meio de engajamento individual ou coletivo.

dados próprio que possui 25 indivíduos, sendo distribuído em 5 casos de chacinas, em um recorte temporal de 2015 a 2022. As informações a respeito dos eventos foram retiradas de notícias disponíveis na internet, sendo os links de cada caso salvos. As variáveis são: data, ano, nome, gênero, idade, características da pessoa/sujeito, liderança, perpetrador, assentado, estado, município, números de mortos, números de vítimas e governo federal. Posteriormente, foi realizada uma revisão bibliográfica e de literatura acadêmica acerca do tema para maior entendimento a respeito da produção existente.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em uma primeira etapa, foi realizada a descrição dos casos presentes no banco de dados, trazendo mais informações a respeito dos episódios. Posteriormente, houve a discussão acerca das convergências e divergências encontradas entre os eventos.

Nosso primeiro caso ocorreu em Conceição do Araguaia, sudeste do Pará. Seis pessoas da mesma família foram assassinadas dentro de uma propriedade que estava passando pelo processo de desapropriação para a reforma agrária no dia 16 de fevereiro de 2015. O crime teria sido motivado por descontentamento dos antigos proprietários do lote, que por terem o abandonado, perderam o direito de posse da área, sendo assim remanejado para outra família. As vítimas estavam a duas semanas no local e moravam em um barraco de madeira e, de acordo com as investigações, o antigo dono contratou dois capangas para retirar a família da propriedade. O fato mais impactante deste caso é a forma cruel que esses indivíduos perderam suas vidas. A investigação mostrou que após invadirem a casa, amarraram a família, que contava com quatro menores de idade, e fizeram-os caminhar até o rio próximo da propriedade, onde foram assassinados por arma de fogo, facão e afogamento.³

Na Fazenda Santa Lúcia, propriedade marcada por disputas desde 2013, dez trabalhadores rurais sem-terra foram mortos no dia 24 de maio de 2017, no município paraense de Pau D'Arco. A área havia sido ocupada em 2015 pelos trabalhadores, e após negociação de venda frustrada com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Os donos conseguiram a reintegração de posse e os acampados deixaram a fazenda. Os mesmos retornaram em maio de 2017, montando tendas improvisadas para passar a primeira noite, já que as construções que haviam sido feitas antes do despejo foram destruídas. Os sem-terra não se surpreenderam quando a polícia chegou na propriedade pela noite, já que era frequente a presença de agentes de segurança averiguando a situação do acampamento. Mas nesse dia foi diferente, já que assim que adentraram a propriedade, os policiais militares e civis começaram a atirar. Na versão apresentada em depoimento, os agentes alegaram que haviam ido para a fazenda cumprir 14 mandados de prisão preventiva contra suspeitos de envolvimento no assassinato de um segurança da fazenda e que foram recebidos com armas de fogo. Tanto testemunhas sobreviventes quanto os laudos afirmam que não houve confronto, e sim execuções.⁴ Sobrevivente da chacina e

³ Ver em: Dois piauienses são presos no Pará, acusados de execução de chacina com morte de seis pessoas. *Somos notícia*, 08 de abril de 2015. Disponível em: <https://somosnoticia.com.br/chacina-leva-piauienses-a-prisao/>. Acesso em 06/10/2024.

⁴ Ver em: Massacre de Pau d'Arco: Jane Júlia, presente!. *CEBI*, 16 de novembro de 2018. Disponível em: <https://cebi.org.br/publicacoes/massacre-de-pau-darco-jane-julia-presente/>. Acesso em 06/10/2024

testemunha chave do caso, Fernando dos Santos Araújo, foi assassinado em janeiro de 2021, cinco meses depois de ter sofrido uma tentativa de homicídio. A Delegacia Especializada em Conflitos Agrários (DECA), responsável pela investigação do caso, concluiu que os dois ataques partiram do mesmo indivíduo.⁵

Entre a noite de 21 e a madrugada do dia 22 de março de 2019, seis pessoas foram assassinadas no interior do município paraense de Baião. Ambos os casos tiveram os mesmos executores dos crimes e mandante, Fernando Ferreira Rosa Filho. Na primeira chacina, três trabalhadores foram mortos a tiros e carbonizados, após ameaçarem denunciar a falta de pagamento e as condições de trabalho análogas à escravidão vivenciada por eles na fazenda, além de saberem sobre outros envolvimento criminoso do patrão. Na segunda parte da noite, os pistoleiros se dirigiram para o Assentamento Salvador Alende, onde vivia a ativista Dilma Ferreira, reconhecida ativista do Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB). Lá, assassinaram Dilma, além de outros dois homens que também estavam no local, a golpes de faca. O objetivo era silenciar a ativista, que também estava ameaçando denunciar Fernando, só que a respeito da extração ilegal de madeira que o fazendeiro estava realizando ao lado do assentamento onde vivia.⁶

No início dos anos 2000, José Gomes, mais conhecido como “Zé do Lago”, veio do Tocantins para São Félix do Xingu (PA), onde dedicou-se a ensinar ribeirinhos e indígenas a fazer o manejo de quelônios e tartarugas. Juntamente com a família, o ambientalista realizava um projeto que buscava repovoar as águas do Xingu com os animais, além da preservação ambiental da região. No dia 9 de janeiro de 2022, os corpos de Zé do Lago, da esposa e da filha foram encontrados, já em estado de decomposição, na propriedade da família, com marcas de arma de fogo. Quase três anos depois da chacina, nenhuma resposta foi dada a respeito do crime. A investigação realizada pela imprensa traz um desenho mais claro sobre as possíveis motivações para o ocorrido. Segundo a Folha de S. Paulo, Zé do Lago era pressionado por Francisco de Sousa Torres a vender sua propriedade, que integrava a Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu. Francisco e seu irmão, João Cleber, prefeito da cidade, possuem extensa lista de denúncias de diversos crimes, entre eles casos de grilagem, desmatamento ilegal, trabalho análogo à escravidão e desvio de recursos públicos.⁷

Os indícios levantados, tanto pelos meios de comunicação quanto pelas investigações realizadas pelas autoridades de segurança, levam à identificação de que em três das chacinas citadas tiveram a motivação dos crimes por conflito

⁵ Ver em: NOTA PÚBLICA: “Um ano após o assassinato de Fernando dos Santos Araújo, a impunidade segue fazendo vítimas no campo paraense”. *Movimento dos Atingidos por Barragens*, 27 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/5911-nota-publica-um-ano-apos-o-assassinato-de-fernando-dos-santos-araujo-a-impunidade-segue-fazendo-vitimas-no-campo-paraense>. Acesso em 06/10/2024

⁶ Ver em: Acusado de envolvimento no caso do assassinato da militante do MAB, Dilma Ferreira, vai à julgamento no Pará. *Movimento dos Atingidos por Barragens*, 13 de março de 2024. Disponível em: <https://mab.org.br/2024/03/15/acusado-de-envolvimento-no-caso-do-assassinato-da-militante-do-mab-dilma-ferreira-vai-a-julgamento-no-para/#>. Acesso em 06/10/2024

⁷ Ver em: Família de ribeirinhos morta morava em área reivindicada por irmão de prefeito no PA. *Folha de São Paulo*, 14 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/02/familia-de-ribeirinhos-morta-morava-em-area-reivindicada-por-irm>. Acesso em 06/10/2024.

por terra, sendo os casos de Conceição do Araguaia, Pau D'Arco e São Félix do Xingu. As chacinas ocorridas em Baião tiveram um plano de fundo diferente, uma vez que as vítimas foram silenciadas por expressarem o desejo de denunciar as atividades ilegais de um mesmo fazendeiro. Evidencia-se um dado sobre as vítimas viverem ou não em um acampamento ou assentamento da reforma agrária. Em nosso universo de $n=25$, 19 vítimas eram assentadas, estando em propriedades com diferentes níveis no processo no Incra.

Os cinco casos não se diferenciam em um ponto: todos os assassinatos contiveram grande grau de violência em suas execuções. As vítimas, antes de serem mortas, sofreram. As informações disponíveis indicam que houve tortura, afogamento, golpes de facão, carbonização, além de sobreviventes apontarem violência psicológica nas execuções também.

Vale destacar que em três dos casos foram mortos líderes ambientais, sendo eles: Jane Julia de Oliveira, acampada sem-terra e líder do acampamento Nova Vida, hoje renomeado com seu nome em homenagem; Dilma Ferreira Silva, que vivia no assentamento Salvador Allende e integrava a coordenação regional do Movimento dos Atingidos por Barragens no Estado do Pará; José Gomes, responsável por projeto de proteção ambiental no Rio Xingu, conscientizando ribeirinhos e indígenas a respeito da proteção de tartarugas e tracajás.

4. CONCLUSÕES

A dissecação e análise desses casos nos proporciona um maior entendimento do cenário atual a respeito dos assassinatos de ativistas socioambientais em chacinas no estado do Pará.

Em uma etapa posterior, pretende-se produzir um tratamento das informações do banco de dados, buscando elaborar cruzamentos e outras ferramentas que a pesquisa quantitativa nos possibilita. Há também a pretensão de realizar um maior diálogo e construção com a literatura disponível sobre o tema.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SILVA, U. V.; SANTOS, J. L.; RAMOS, P. C. **Chacinas e a politização das mortes no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

CPT Nacional. **Conflitos no campo Brasil 2023**. Comissão Pastoral da Terra, Goiânia, 2024. Acessado em 8 de out. 2024. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/download/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14308-conflitos-no-campo-brasil-2023>.